

O magistério na década de 1990: civilidade e ponderação de condutas

The mastership in the 90's: civility and conducts deliberation

Luana Tainah Alexandre Braz
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – Dourados – Brasil
Bolsa CAPES
GPEPC – Educação e Processo Civilizador
luana_tainah@hotmail.com

Eliana Maria Ferreira
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – Dourados – Brasil
GPEPC – Educação e Processo Civilizador
eliana.anaeli@gmail.com

Magda Sarat
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – Dourados – Brasil
GPEPC – Educação e Processo Civilizador
magdaoliveira@ufgd.edu.br

Resumo

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de Mestrado em Educação, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS/Brasil), intitulada “História da formação docente no município de Dourados-MS: curso de magistério na escola Serviço de Educação Integral /SEI (1995-1998)”. O objetivo deste artigo é tecer algumas reflexões acerca dos modos e das práticas civilizatórias do curso de magistério, a partir do ponto de vista da sociologia, em especial das contribuições de Norbert Elias. Para isso, foram utilizadas leituras bibliográficas e análise dos documentos institucionais. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com um aluno, três alunas e uma professora do curso. Neste sentido, o quadro teórico-metodológico, numa abordagem interdisciplinar, além das contribuições formuladas pelo sociólogo, terá a contribuição da História Oral e da Nova História Cultural. Com os resultados da pesquisa, observamos a demarcação de uma rede que se estabeleceu inscrita em um jogo de poder, entre quem “sabe mais” e quem está no processo de aquisição dessa aprendizagem. Isso, condicionado a uma estrutura de formação racionalizada, e de formas de comportamentos submetidos às manipulações das relações de força exercidas nas práticas sociais, como forma de propagar valores de uma sociedade civilizada, a luz do seu tempo.

Palavras-chave: civilização, formação docente, Norbert Elias.

Abstract

The actual assignment is part of a Education Masters research, developed at the Education Postgraduate Program of the Dourados Federal University (UFGD/MS/Brazil), entitled “History of teacher’s formation ate the city of Dourados-MS: mastership course at Integrate Educational Service school / SEI - Serviço de Educação Integral (1995-1998)”.

This article aims to build some thoughts on the ways and the civilizing practices of the mastership course, based on sociological points of view, specially from Norbert Elias contributions. For which, there were used bibliographic readings and analysis of the institutional documents. The data was obtained from interviews realized between 4 students and a teacher of the course. In this regard, the theoretical methodological chart, in an interdisciplinary approach, besides the sociologists contributions, there will be the Oral History and the New Cultural History's contributions. From the research's results, there is observed the demarcation of a net which was established inside a power's game between who "knows better" and who is in the process of acquiring learning. That, conditioned to a rational formation structure and to the behavior forms that are subjugated to the manipulation of the power relationships exercised at the social practices, as a way to propagate values of a civilized society, ahead of your time.

Keywords: civilization, teacher's formation, Norbert Elias.

1. Introdução

O presente trabalho é um recorte oriundo de uma pesquisa de Mestrado em Educação, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), situada na cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, cujo título é "História da formação docente no município de Dourados-MS: o curso de magistério na Escola Serviço de Educação Integral/SEI (1995-1998)". Partindo desse trabalho, surge essa escrita que tem por objetivo tecer algumas reflexões acerca de uma instituição de ensino da rede privada de Dourados e de suas práticas civilizatórias em um curso de formação de professores, no período de 1995-1998.

Faz-se necessário dizer, antes de entrarmos nas reflexões, que a escrita deste texto proporcionou descrever os caminhos empíricos que construíram essa pesquisa. Deste modo, o nosso tema maior estudado é a história da formação docente, tendo como objeto de pesquisa a história de um curso de formação de professores/as, em uma instituição educativa da rede privada na cidade de Dourados-MS - a Escola Serviço de Educação Integral (SEI), a partir do uso de documentos institucionais e das memórias dos atores que vivenciaram o curso de formação.

Embora estejamos fazendo uso de fragmentos de uma investigação, já realizada no âmbito do Mestrado em Educação (PPGEdu/UFGD), buscamos tecer algumas aproximações em diálogo com a teoria Eliasiana (1994), na tentativa de compreender as relações humanas e suas interdependências entretecidas no seio de uma sociedade. De acordo com Elias, (1994, p. 25) "não se compreende uma melodia examinando-se cada uma de suas notas separadamente, sem relação com as demais". Neste caso, a intenção é revelar, a partir dos fragmentos, os processos interdependentes da constituição de civilidades da formação docente, considerando "[...] o que muda no curso do processo que denominamos de história são as relações mútuas, as configurações de pessoa e a modelação que o indivíduo sofre através dela" (ELIAS, 1990, p. 231).

Quando falamos em civilidades nos reportaremos ao conceito, à luz da teoria de Norbert Elias. Ele diz:

Refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos (ELIAS, 1990, p. 23).

Neste sentido, ao olharmos para a temática da formação docente e para a constituição de civilidades podemos aferir que são os modos como os seres humanos,

neste contexto, adultos e jovens adolescentes, estabeleceram relações com o mundo, travadas na vida cotidiana dentro de uma instituição que cumpria a exigência normativa de uma profissionalização.

Deste modo, as relações são estabelecidas em todos os âmbitos em cadeias de dependência e interdependência, assim como apontada por Gebara (2005):

O homem, além das relações de produção vive em cadeias de interdependência, isto é, aproximando-se de outros homens através de laços que se articulam de maneira diversificada. Essencialmente Elias trabalha com padrões de interdependência em processos de mudanças, rearticulando relações de poder entre os indivíduos em sociedade (GEBARA, 2005, p. 112).

Tais relações de poder, dependência e interdependência estão presentes cotidianamente, constantemente, em um processo de transformação, permeadas pelas “cadeias” de significação que cercam a constituição do processo social (FERREIRA e SARAT, 2013).

2. Metodologia

Teórica e metodologicamente fizemos opções fundamentadas nas perspectivas do que a bibliografia nos apresenta como a Nova História Cultural, permitindo-nos ampliar as possibilidades de pesquisas e trazer temáticas relevantes para investigar a história, sobretudo a História da Educação e a História da Formação Docente, em diálogo com a sociologia configuracional. Diante disso, fizemos leituras bibliográficas de autores que vão ao encontro das nossas indagações na pesquisa e nos ajudam a compreender os contextos que almejamos. Para as análises documentais utilizamos os estudos de autores como: Cellard (2012); Le Goff (1996); Luchese (2014); Mignot (2008), bem como o referencial teórico eliasiano (ELIAS, 1980, 1990, 1994).

Quanto a busca pelos vestígios deixados pelo curso de formação de professores, da instituição, conseguimos obter documentos referentes a: criação da escola; a criação do curso de magistério; desativação do curso de magistério e cadernos do estágio supervisionado¹. No entanto, não foi possível realizar buscas autônomas pelo arquivo da escola, pois somente foi concedido os documentos que precisamos. Esses foram entregues diretamente pela coordenadora, a qual acompanhou todo o processo da pesquisa. Desse modo, os documentos chegavam até nós de forma controlada, sendo restrita a busca livre pelas pesquisadoras, fato que limitou a investigação. Ainda mais considerando que arquivar é guardar, mas também pode ter o intuito de “esconder”. Assim, é relevante questionar: quais dados deve-se divulgar e quais deve-se ocultar? (MIGNOT; CUNHA, 2006).

Por seguinte, realizamos entrevistas por meio dos procedimentos teóricos metodológicos da História Oral (HO), os quais consistem “na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2005, p. 155). Para tanto, entrevistamos uma professora e quatro alunos/as que vivenciaram o curso de magistério, com o objetivo de valorizar as vozes de pessoas, as suas trajetórias de vida, memórias, biografias e histórias que permitiram dar respostas às nossas indagações (SARAT; SANTOS, 2010).

¹ Tais documentos não serão analisados neste artigo. Entretanto, estão disponíveis na pesquisa “História da formação docente no município de Dourados-MS: o curso de magistério na Escola Serviço de Educação Integral/SEI (1995-1998)” em fase de publicação.

Quadro 1: Apresentação das entrevistadas²

Nome	Formação e Profissão	Idade	Vínculo
Alesandro Silva Ferreira	Curso de Magistério; Educação Física e atualmente Polícia Militar.	41 anos	Ingressou na 7 ^o série e permaneceu até a formação no magistério.
Luciana Bagio Cassel	Curso de Magistério e atualmente exerce a arquitetura.	42 anos	Ingressou no Maternal, foi Estagiária na secretaria escolar e aluna do curso de Magistério.
Tatiane Silveira Doffinger Bruneto	Cursou Magistério; cursou Letras e atualmente é docente efetiva na rede Municipal de ensino em Dourados-MS.	40 anos	Cursou o magistério; Estagiou como monitora de sala; Foi docente na Educação Infantil aos 14 anos enquanto cursava o último ano do curso de magistério.
Nize Souza Bianchi	Normal Regional; Magistério Pedagogia; Direito; Atualmente professora; aposentada.	81 anos	Duas de suas filhas foram alunas da instituição; foi coordenadora e professora do Curso de Magistério.
Janaína Bianchi de Souza	Curso de magistério e Doutoranda em Psicologia.	40 anos	Ingressou aos 9 anos na escola e cursou até o magistério.

Fonte: Organização Braz, 2021.

Fizemos uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE) ³e de um roteiro semiestruturado de perguntas. A entrevista foi gravada, transcrita, a partir da autorização dos indivíduos, e posteriormente textualizada, transformando-se em fonte. As análises foram feitas a partir das referências de Albert (2005); Ferreira (1996); Meihy (1996); Sarat e Santos (2010), Elias (1980, 1990, 1994), entre outros. Os relatos obtidos pelas entrevistas geraram documentos, os quais foram gravados, transcritos e analisados a partir dos procedimentos da HO. Nesse sentido,

[...] a opção metodológica pela História Oral se dá pela discussão teórica que fomenta as investigações com essa fonte e concebe a História, também pela participação de pessoas anônimas que com as suas experiências constroem a sociedade. Neste aspecto, a História Oral é vista por grande parte dos pesquisadores como metodologia ou método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista para registrar as narrativas das pessoas. Histórias que há muito as pessoas sabiam e contavam, mas que estavam à margem da documentação produzida pela História oficial, e que somente com a inserção de novas fontes no debate teórico metodológico passam a ser aceitas com estatuto e rigor científico (FURTADO; SARAT, 2012, p. 02).

Buscamos com a escolha destas metodologias e *corpus* documental, contar e compreender a história do curso de habilitação no magistério, a partir de três possíveis olhares, quais sejam: os documentos da instituição; os olhares da professora que atuou no curso e os olhares dos egressos do curso. Pois,

² No intuito de organizar as nossas fontes orais apresentamos esse quadro com algumas informações para situar o/a leitor/a sob a trajetória dos entrevistados na Escola SEI. A escolha por estes nomes se deu em razão do vínculo que os mesmos tiveram com a instituição e o retorno ao nosso contato quando apresentada a proposta de pesquisa.

³ Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os seguintes termos de liberação: cessão de consentimento livre esclarecido; cessão de direitos de uso e divulgação do relato oral; cessão de direitos de uso e divulgação de identificação. Todos os documentos foram assinados em duas vias, pela pesquisadora e entrevistado/a.

[...] no que se refere à história das instituições escolares, mais particularmente a respeito do preparo de professores para a missão de ensinar, verifica-se que a temática se compara a um complicado tabuleiro de 'quebra-cabeça', pois apesar da significativa produção historiográfica já existente a respeito, no âmbito nacional e regional, ainda há lacunas concernentes às áreas internas do país, sobretudo sobre as particularidades sociais e culturais de seus distintos rincões. As peças desse 'quebra-cabeça' encontram-se dispersas nos arquivos (oficiais ou privados) à espera de investigações (BRAZIL; MANCINI, 2012, p. 126).

Desta forma, trabalhar com a oralidade imersa na Nova história Cultural é algo significativo, uma vez que permite que sejam criadas novas fontes, a partir dos depoimentos daqueles que vivenciaram os fatos. Sejam eles os personagens reais da história, possibilitando uma leitura mais ampliada sobre o tema, ou por meio dos indícios e sinais que permitem decifrá-lo (GINZBURG, 1989), e não estão explícitos ou apresentados nos documentos.

Tendo elucidado o caminho percorrido, gostaríamos de abordar alguns aspectos da formação de professores que contextualizam as principais legislações que permitiram a elaboração e a oferta dos cursos de Habilitação Específica para o Magistério (HEM) na cidade de Dourados-MS. E por fim, as práticas e concepções que estavam imbuídas nesse curso de formação da Escola SEI, narradas pelos entrevistados.

3. A Formação Docente e a Escola SEI

Ao longo das décadas foram inúmeros os debates sobre a formação docente, e com isso várias legislações perpassaram a história do campo educacional. Iremos nos ater neste estudo em fazer uma breve retomada das principais legislações que compuseram o cenário da criação dos cursos de magistérios e em seguida a nova normatização que o extinguiu. Deste modo, partimos da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a 1ª Lei de Diretrizes e Bases do Brasil, a qual, segundo Trogan (1997), definiu princípios, unificou nacionalmente a educação do País, mas não alterou a formação dos docentes primários e nem trouxe grandes mudanças para o ensino normal, pelo contrário, flexibilizou o currículo do curso. Ademais, manteve a formação do regente em nível ginásial e do/a professor/a em nível colegial, acrescentando aos Institutos de educação a possibilidade de habilitar os docentes para ministrar aulas nas escolas normais.

Posteriormente, uma década depois, temos novas diretrizes como, por exemplo, a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, implementada no contexto da Ditadura Militar (1964-1985), dispositivo que veio para reformular a Lei nº 4.024/1961 e trouxe melhor clareza para as concepções de educação, mas também algumas mudanças. A Lei Federal nº 5.692/1971 previa o mínimo de formação para o exercício do magistério, entre elas de que o/a professor/a das quatro primeiras séries do 1º grau deveria ter a habilitação específica de 2º grau, o que equivaleria o curso magistério ou o normal.

Nesse contexto, a Escola Normal perde a sua identidade de escola e de curso. A formação de normalista torna-se apenas uma das variadas possibilidades de habilitações profissionais para os docentes. Ela extingue o chamado regente de nível ginásial, fundindo o antigo primário com o ginásio, ou seja, reformou o ensino de 1º e 2º graus e estabeleceu o ensino de nível médio profissionalizante, assim a formação profissional seria dada juntamente com a formação geral. Ou seja, a formação do/a professor/a passou a ser chamada de: Habilitação Específica do Magistério (HEM).

Tal formação consistia em uma habilitação específica para atuar no ensino de 2º grau. Desse modo, houve uma mudança no cenário da formação de/das professores/as com base no Parecer nº 349/1972 (BRASIL, 1972), o qual organizou a Habilitação do Magistério em duas modalidades básicas: Uma com a duração de três anos (2.200 horas), e que habilitaria o professor a lecionar até a 4ª Série; e a outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª Série do 1º grau. Além disso,

o Parecer nº 349/1972 estabelecia que o currículo apresentasse um Núcleo Comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte de formação especial, que representasse o mínimo necessário à habilitação profissional (GONÇALVES; PIMENTA; et al, 1992).

É em meio a este cenário de mudanças e adequações que se compõem as características de um sistema de ensino ainda de caráter elitista, com a dualidade entre o ensino acadêmico e o profissional, sobretudo a ampliação do ensino particular. Em seguida, houve a promulgação da nova Constituição Federal Brasileira de 1988. Com efeito, trouxe grandes avanços para o sistema educacional, como o Ensino Fundamental gratuito, obrigatório e a inclusão da Educação Infantil na Educação Básica, dentre outros fatos importantes.

Por conseguinte, após oito anos de tramitação, houve a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, um documento de real importância para uma compreensão a respeito da organização brasileira ao término do século (FREITAS; BICCAS, 2014), uma vez que estabeleceu dois níveis de ensino: a Educação Básica e a Educação Superior. Definido pelo artigo 21 da lei, o conceito de Educação seria articulado à Educação Infantil ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, ampliando, deste modo, os direitos educacionais, dentre outras ações. Similarmente, no que tange a formação docente, as alterações são propostas tanto para as instituições formadoras como para os cursos de formação de professores/as, sendo definido o período de transição de dez anos para efetivação de sua implantação (GATTI, 2010). Assim, esses centros que proviam formação em nível médio foram fechando aos poucos e a formação docente foi transferida totalmente para o nível superior.

Tendo contextualizado este cenário da formação de professores, trazemos o local da nossa pesquisa, ou seja, a cidade de Dourados, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, fronteira com o Paraguai, a qual possui 227.990 habitantes (IBGE, 2021)⁴. Dourados tem sua história marcada e iniciada pelo movimento Marcha para Oeste, ocorrida entre os anos de 1937 a 1945, instituído no governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo. Segundo Bittar (1997, p. 196) “[...] a campanha Marcha para o Oeste pode ser considerada como o primeiro movimento nacional que tratava de dar conta da questão sobre a necessidade de ocupação e expansão do território nacional”. Nesse sentido, estabeleceu-se a colonização com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), pelo Decreto nº 5.941, de 28 de outubro de 1943.

Silva (2016) enfatiza que as Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) foram o pilar de sustentação da Marcha para o Oeste, o qual incentivou a migração da população localizada nas regiões consideradas críticas, como, por exemplo, o Nordeste para o Centro-Oeste. O incentivo à migração era uma alternativa que atenuaria os conflitos gerados pela pressão populacional existente nas cidades, geraria empregos, ocuparia as áreas de fronteira por brasileiros, dinamizaria a produção agrícola e formaria um mercado de consumo dos produtos industriais. E de fato, “[...] tal desenvolvimento intensificou a expansão da educação escolar no município, com a instalação e regulamentação de escolas primárias, de instituições de ensino secundário, de formação de professores e até mesmo de ensino superior no final da década de 1960” (FURTADO; MARQUES, 2013, p. 1).

A educação douradense começou a passos lentos, mas com a chegada dos colonos o número de crianças foram aumentando e a necessidade por escolas primárias e secundárias passou a ser reconhecida. Deste modo, as primeiras escolas a oferecer o ensino secundário na cidade de Dourados-MS foram instaladas na década de 1950. “Em 1954, foi a escola de ensino secundário Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados e, em 1958, foram criados os Cursos Ginásial e Normal na Escola Imaculada Conceição. Ainda nesse

⁴ Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/dourados.html>>. Acesso em 05. Out. 2021.

ano, começou a funcionar a primeira Escola Estadual com oferta do Ginásio, a Escola Estadual Presidente Vargas” (SILVA, 2013, p. 21).

Em seguida, tivemos a oferta da formação de professores para o ensino primário - em 1959 na Escola Imaculada Conceição; em 1965 no Colégio Osvaldo Cruz; e em 1968 o Centro Universitário de Dourados ofertou um curso de magistério a nível superior. E, em 1970 a Escola Normal da referida cidade, anexa à Escola Menodora Fialho de Figueiredo (MANCINI; SARAT; SILVA, 2007); MARQUES; IRALA, 2017); SILVA (2013). Desta forma, o ano de 1971 marca o final do ensino secundário a partir da Lei nº 5.692/71 - reforma do 1º e 2º grau e também pelo Parecer nº 349/72 que dentre as outras normas fixadas apresenta o magistério como uma habilitação específica do ensino de 2º grau.

O curso pesquisado foi ofertado pela Escola Serviço de Educação Integral, popularmente chamada de Escola SEI. Uma instituição de ensino privado fundada em 1980 por um casal paulista que após chegar à cidade de Dourados-MS decide fundar uma instituição que tivesse como foco inicial a Educação Infantil, e assim aconteceu. No entanto, com o passar dos anos, o público foi aumentando e começaram a expandir os níveis de ensino gradualmente, ao mesmo passo que buscavam por um prédio próprio que suportasse essa expansão. Ao passar dos anos em 1992, os empresários educacionais já estavam ofertando até a 8º série, nomenclatura da época, e tinham endereço fixo em prédio próprio na região universitária da cidade. Em 1994, eles decidem criar um Curso de Magistério que formasse professores. A escola, pelo o que revelado na documentação, caminhou para um crescimento no número das matrículas desde a sua inauguração.

Podemos inferir que a Escola estava em ascensão, com um público razoavelmente grande no ano de 1995, passando a margem de 700 alunos matriculados, o que possivelmente incentivou a expansão dos níveis de ensino. Assim, a instituição passou a ofertar o curso de habilitação específica de 2º Grau para Magistério da Pré-Escola e do Ensino de 1º grau da 1ª a 4ª série. Dito isso, iniciaram-se toda a organização necessária de cunho burocrático e o modo de contratação para que o curso fosse efetivado. Foi assim que colocaram uma faixa na frente da escola e abriram as matrículas para os alunos.

Em contrapartida, estava sendo ofertado, também, na cidade douradense, o curso de magistério por outras escolas, sendo dois deles na rede Estadual de Ensino (Escola Menodora Fialho de Figueiredo e Escola Vilmar Vieira de Matos) e um na rede privada de ensino, na Escola Imaculada Conceição.

A Escola Menodora Fialho de Figueiredo está situada na Avenida Weimar Gonçalves Torres, nº. 3447, Jardim Caramuru. Segundo a direção Colegiada, a história do estabelecimento de ensino começa em 1º de março de 1971, quando o então centro educacional de Dourados passou a denominar-se Escola Estadual de 1º e 2º graus Menodora Fialho de Figueiredo. A instituição foi a primeira escola pública a formar professores/as primários em Dourados, período em que nesta localidade somente se ofereciam cursos de formação em instituições de ensino privadas (FURTADO; MARQUES, 2013).

A Escola Vilmar Vieira de Matos - situada na Rua Manoel Rasselem, nº 1450, Jardim Rasselem. Segundo a direção colegiada, a instituição de ensino foi criada por meio do Decreto nº. 1.504 de 28 de janeiro de 1982. Iniciou suas atividades em 1983, ofertando as séries iniciais do ensino fundamental, e foi gradativamente ampliada até a 8º série. No ano de 1987, a escola foi elevada de nível para oferecer o ensino médio e posteriormente o Curso Magistério, formando professores/as para o ensino de 1ª a 4ª séries.

A escola particular denominada Escola Franciscana Imaculada Conceição, situada na Rua Firmino Vieira Matos, nº. 1509, Vila Progresso, teve início em 09 de fevereiro de 1955, quando as religiosas chegam e iniciam as matrículas para o curso Primário e

Jardim da Infância, e na Ação Social Franciscana e Patronato de Menores (ASFPM). Em 1959 teve início a Escola Normal no Instituto, a qual ofertou o Normal Regional (1º grau), com 17 alunas, e o Normal Colegial (2º grau), com 06 alunas. Em 1964 iniciaram as aulas para as alunas do curso normal. Em 1970, a Escola abre matrículas para Jardim da Infância e Primário; e em 1971, a escola começa com turmas mistas no primário e ginásio (AMARO, 2018).

A Escola Vilmar ofertou o Curso de habilitação específica de 2º grau para o magistério da Pré-escola e do ensino de 1º grau de 1ª a 4ª séries, no período noturno. Esses cursos foram oferecidos entre os anos de 1987 a 2001. Porém, iremos nos ater aos anos de 1995 a 1998 por compreender o recorte desta pesquisa. Podemos inferir que a quantidade de alunos formados na 4ª série, pelo curso na Escola Vilmar, tornou-se crescente ao passar dos anos, chegando a dobrar o número de formandos em 1998, ano que corresponde a última turma de magistério da Escola SEI. Se observarmos a quantidade de discentes atendidos por ano que em 1995 e 1996, praticamente não houve crescimento, entretanto em 1998 a quantidade de alunas/os passa de 150 para 193, o que revela uma ascensão nas matrículas.

A Escola Menodora Fialho de Figueiredo que, também, ofertou o Curso de habilitação específica de 2º grau para o magistério da Pré-escola e do ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série, não colocou à disposição as informações de quantos alunos/as formaram em cada série. Forneceu, apenas, a quantidade de discentes formados em cada ano e quantas turmas havia por turno.

De acordo com as informações, a quantidade de turmas em cada ano não foi alterada. Todavia, a quantidade de discentes formados em 1995 diminuiu, comparado a 1998. Diante da impossibilidade de recorrer à documentação escolar, recorreremos a uma pesquisa, já realizada nesta instituição, sobre o curso de magistério ofertado de 1973 a 2001, a qual destaca: “A Escola formou aproximadamente 1.561 docentes, dentre estes, 930 habilitados para atuar de 1ª a 4ª séries do 1º Grau e 631 habilitados para atuar na Pré-Escola e de 1ª a 4ª séries do 1º grau” (SILVA, 2013, p. 52).

Sobre a Escola Imaculada Conceição temos como fonte apenas a pesquisa de Amaro (2018), a qual aponta que a formação docente na Escola Imaculada Conceição ocorreu no ano de 1959, quando aconteceu a implantação dos cursos de Normal Regional e Normal Colegial. Nesse ato, a Escola se intitulou como a primeira escola a trabalhar com a formação de professores/as (Curso Normal) no município de Dourados-MS. Em 1971, com a promulgação da lei educacional nº. 5.692, as escolas teriam a obrigatoriedade de criar plano de implantação das exigências da nova lei, e assim o fez. Temos desta forma, em 1959, o Normal Regional e Normal Colegial; em 1961, o Ginásio Secundário; e em 1971, o Pré-Primário e Primário da Escola Imaculada. Como apontado, não conseguimos dados sobre os cursos de magistério desta instituição.

A pesquisa nos informa que a cidade de Dourados-MS, no período de 1995-1998, possuía escolas públicas e particulares ofertando curso de magistério, em sua maioria no período noturno. Mesmo com mudanças normativas, referentes à oferta de formação docente, inferimos que os cursos mantiveram seus fluxos de matrículas e formações. Desta forma, vamos agora conhecer como se deu a execução do curso de magistério na Escola SEI.

4. Civilidade e ponderação de condutas: espaços civilizadores

No dia 19 de maio de 1995, publicou-se no Diário Oficial nº 4038, página 05, a Deliberação do Conselho Estadual de Educação no qual:

Autoriza o funcionamento do ensino de 2º grau – habilitação específica de 2º grau para o magistério da Pré-escola e do ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série, a partir de 1995, do Serviço de Educação Integral para Pré-escola, 1º e 2º graus, com sede em Dourados/MS. [...] O curso a ser oferecido constará de 4 séries, com implantação gradativa a partir da 1ª série, no turno diurno, período matutino, numa única turma de no máximo 40 alunos. Os professores que atuarão no 2º grau são todos habilitados, e os credenciados por este núcleo foi para o período de 2 anos, com orientação que os mesmos devem providenciar o registro junto ao órgão competente (SED/MS, 1995).

O fragmento acima desvela a origem histórica de um curso de formação de professores, práticas sociais, que nos permite refletir sobre o papel das características civilizadas da escola na constituição da profissão docente. Para além dessa discussão, não podemos esquecer que trata-se de um curso de formação de professores para crianças, estas por sua vez, serão educadas para autorregulação, para uma sociedade civilizada.

Eu decidi levar minha filha Janaina (no 3º ano do primário) e a Inajara (no 2º ano) para a Escola SEI. Lá tudo o que a tia Ezir fazia, as minhas filhas participavam. Assim de tanto encontrar com a tia Ezir, nós ficamos amigas e eu sempre admirando muito a postura dela como educadora e administradora. Então, sempre que me encontrava com ela nós conversávamos sobre o nosso passado, quando fizemos o magistério e lembrávamos das nossas aulas. Eu fui diretora de uma Escola Normal no Paraná e professora de didática em Curitiba no Colégio Divina Providencia um colégio de magistério para meninas. A gente relembra muito tudo isso. Como eu tinha boas lembranças a Ezir também, tanto do magistério que fizemos, quanto do magistério que demos aula. Então pensamos: Como seria bom fundar uma escola de magistério! Ficamos com esse sonho, de ter um curso que pudéssemos fazer do nosso jeito! Quando minha filha Janaína terminou a 8ª série no SEI, ela não queria sair da escola de jeito nenhum, então a Ezir resolveu fundar uma escola de magistério que durou quatro anos (NIZE, 2020).

Observamos um enredo de memórias, sonhos, estratégias e modos de fazer, saberes adquiridos (*habitus*) que se interpenetram tanto na história de Nice quanto na de Ezir. Percebemos nas entrelinhas do depoimento, comportamentos, padrões ou códigos de condutas que se configuram na identidade e nos modos de ser e se tornar professora. Soma-se a isso está o contexto de uma instituição que visava a instrução e educação de crianças Pré-escolar e de 1ª a 4ª série, no cenário de uma cidade jovem e em ascensão. Identifica-se, nos fragmentos, quando a entrevistada faz menção as suas experiências anteriores em Curitiba, no estado do Paraná, nuances de um processo de civilidade.

De acordo com Veiga:

A escola monopolizada se institui como elemento central de disseminação dos valores da sociedade civilizada além de ser a instituição por excelência de reprodução da auto-referência dos povos civilizados. Estabelece-se como produtora e reprodutora de novas dinâmicas de socialização expressa na difusão da cultura escrita, das ciências e dos ideais de nação e pátria (VEIGA, 2004, p. 5).

Tais reflexões nos ajudam a pensar a constituição da escola, ou seja, a produção de uma instituição, nos moldes do imaginário de uma sociedade civilizada, configurada por padrões homogêneos de acesso ao saber racionalizado e formas de comportamento (VEIGA, 2002). E nestes moldes, temos a formação docente para atender essa demanda, assim como relata Tatiane: “[...] a tia Ezir, Nize e Maria idealizaram o curso e montaram. Elas não recebiam salário por este trabalho, por que a turma ficou muito pequena e tinha mais despesas do que lucros, a mensalidade dos alunos não pagava a folha dos

professores” (TATIANE, 2019). As docentes seguiram com o curso, mesmo quando a escola já não conseguia remunerar o ofício, atuando como coordenadoras e professoras.

Nesse sentido, foi possível perceber o esforço na idealização do curso, denominado pela entrevistada acima, como “nosso”, e, em meio às dificuldades financeiras desta iniciativa, os reflexos dos mecanismos de uma identidade dos processos de feminização do magistério, nas concessões em favor do trabalho feminino “como uma atividade de amor, entrega e doação” (LOURO, 1997, p. 450).

A organização do curso pode ser contextualizada a partir da forma como foi estruturada sua grade curricular. Observamos nos canchotos dos diários escolares o total de 51 disciplinas nos quatro anos de curso, sendo: 11 disciplinas no primeiro ano, 11 disciplinas no segundo ano, 14 disciplinas no terceiro ano e 15 disciplinas no último ano. Bem como o início das disciplinas metodológicas de cada matéria, a partir de 1996, chegando ao número de 6 metodologias ofertadas somente no ano de 1998, ano este que também contava com o estágio supervisionado. Sobre isso, Tatiane em sua entrevista afirma que:

Foi um curso bem polido, por que eram 10 alunos. Imagina você conduzir uma turma de 10 alunos? Eles exigiam da gente o sangue! Teve uns anos que a gente tinha 11 disciplinas. Foi um curso bem difícil. No primeiro ano tinha química, física, matemática, ou seja, conteúdo de três anos reduzidos em um. Porque essas disciplinas do Ensino Médio faziam uma síntese no primeiro ano. Por isso a questão de não passar no vestibular. Você tinha todo conteúdo, mas enxugado. Então para mim foi muito difícil (TATIANE, 2019).

A organização da grade curricular, ou programa do curso, com a quantidade de disciplinas, e suas cargas horárias, apontado por Tatiane, revelam uma organização técnica rígida, exigente, e até excludente, quando ela menciona que algumas disciplinas eram “enxugadas”, o que inviabilizou o acesso ao vestibular. Nesse sentido, podemos identificar processos conflituosos que tensionam (ELIAS, 1994), um movimento individual, em contraposição com a estrutura e a organização de um grupo que, por sua vez, é regido por regularizações. Reconhecer tais tensões, impulsiona os indivíduos para que promovam ou busquem intervenções nas instituições educacionais onde estão inseridos, isso na tentativa de romper, permanecer ou transformar condutas que são passadas de geração em geração.

Gonçalves e Pimenta (1990) dizem que o conjunto de disciplinas articula-se para definir conteúdos, métodos e procedimentos que superem a visão fragmentada do conhecimento e, conseqüentemente, a precária formação geral e a desarticulação do curso. É interessante perceber que, como se tratava de um curso de ensino médio, havia as disciplinas do curso regular e acrescentavam-se as especificidades da formação docente, as quais eram pautadas pelas disciplinas de caráter didático, pelos estágios, pela disciplina de psicologia da educação e as diversas metodologias de ensino que conferiam ao curso seu caráter de formação de professores/as, pois os/as alunos/as deveriam aprender os conteúdos e depois ensiná-los didaticamente, como mostra a narrativa abaixo:

[...] até o jeito de apagar o quadro, de sentar, de não ficar apagando de costas e sim de frente para os alunos. Todos os detalhes quando a gente ia dar aula no estágio, a tia Ezir assistia à aula. Eu ficava lembrando dos detalhes de como tinha de fazer e ficava cuidando para não esquecer dos detalhes. A estrutura do quadro, a letra. A tia Ezir é muito rigorosa! Você conhece a letra dela? É perfeita, é pura caligrafia, e ela quer que você faça perfeita. Tanto que até a 5º série tem o livro de caligrafia até hoje e as crianças compram e passam o ano todo fazendo caligrafia (TATIANE, 2019).

Percebemos, pelo fragmento acima, a proposta de uma educação altamente regulados pelo controle do adulto, considerando que as estudantes eram jovens de 14 anos. De acordo com Magalhães (2004, p. 15), “a educação/instituição traduz toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social”. Podemos identificar nos depoimentos que seguem distintas perspectivas de se apresentar e apropriar do conhecimento. De um lado, na visão da professora, temos o discurso de um método democrático, sem imposição e exigências. E por outro, na visão da estudante, a demanda e a cobrança de trabalhos, materiais que necessitavam ser feitos por outros profissionais. Desta forma, podemos pensar, a partir de Elias, as relações sociais que se estabeleceram em determinados contextos históricos.

A gente ia formando o material a partir do planejamento geral, íamos preparando o material. A gente tinha um método bem democrático, nada era imposto. A gente fazia aquela apresentação dos tópicos, colocava na lousa e ia falando sobre tudo aquilo, e eles maioria das vezes iam acompanhando pela apostila. Principalmente na minha parte de didática eu tinha que ensinar muito como se comportar e tal, partindo do meu exemplo, eu sempre ensinava como apresentar as vogais, o alfabeto aos alunos, as historinhas que eu contava, mesmo que era algo antigo, era válido e é até hoje. Por que quando a gente apresenta uma historinha, um desenho, uma música as crianças, eles aprendem muito melhor do que apresentar assim ‘no seco’ a eles (NIZE, 2020).

O depoimento de Nize traz aspectos de uma disciplina centrada na concepção de didática, em que o foco central está no “como fazer”. Entretanto, a disciplina de didática, para os professores em formação, deve articular os conhecimentos adquiridos sobre o “como” ensinar e refletir sobre “para quem” ensinar, “o que” ensinar e o “por que” ensinar (PIMENTA, 2002). Percebemos pelas narrativas que os momentos formativos eram oriundos de um modelo pedagógico, numa perspectiva de ensino racional e eficiente, na qual a disciplina é a palavra de ordem, comparados a um quartel, como apontou Alesandro, no seu depoimento.

Semelhantes aos comandantes que tenho na polícia hoje só que sem continência. Por que, eles sempre primavam à boa educação, mas pela disciplina, cumprimento de horários, combinados, palavras, cumprimento da honra na palavra. Para mim, isso serviu um monte. Tanto é que quando cheguei na Polícia Militar, não tive dificuldade de me adaptar, por que ali é tudo com regra disciplinável. E eu não levei nenhuma punição até hoje na minha carreira por quê? Porque eu aprendi no SEI, questões simples como o hino nacional. Eu me encaminhei dentro da polícia, por conta desta disciplina e deste jeito que eles nos educavam e nos orientavam, eles são linha dura, mas do jeito certo (ALESANDRO, 2019).

Podemos perceber um processo de ensino com hábitos sociais pautados numa modelagem de conduta, no qual é mantido um condicionamento de civilidades por meio de práticas pedagógicas que alinham o comportamento humano e as normas sociais.

5. Considerações Finais

A Escola Serviço de Educação Integral/SEI faz parte do campo das instituições formadoras do Município de Dourados-MS. Com seu modo próprio de conduzir os indivíduos se estabeleceu e criou habitus com seus códigos e ponderações de condutas. A instituição formou crianças, adolescentes e professores ao longo destes 41 anos de atendimento. Embora seu curso de magistério tenha sido breve, houve a intencionalidade de formar bons professoras com base nos conceitos de uma escola privada, cristã e

tradicional. Em decorrência das análises feitas, a partir dos fragmentos das entrevistas escolhidas para a escrita deste texto, considerando as reflexões sobre os modos e as práticas civilizatórias de um curso de magistério na década de 1990, tendo como base, as contribuições de Norbert Elias, afirmamos que o “modo de vida conjunta em grupos grandes e pequenos é de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão do conhecimento de uma geração a outra [...]” (ELIAS, 2006, p. 25).

E nesta configuração dinâmica entre adultos docentes, e adolescentes estudantes, observamos a demarcação de uma rede que se estabeleceu, inscrita em um jogo de poder, entre quem “sabe mais” e quem está no processo de aprendiz. Esses, condicionados a uma estrutura de formação racionalizada e formas de comportamento, ponderações e condutas submetidas a manipulações das relações de força exercidas nas práticas sociais, como forma de propagar valores de uma sociedade civilizada, a luz do seu tempo.

Referências

ALBERTI, V. **Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 11f.

AMARO, E. M. **Escola Franciscana Imaculada Conceição**: História da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975). fl. 236. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2018.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul**: do estado sonhado ao estado construído. 540 p. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1997.

BOTO, C. **A liturgia escolar na idade Moderna**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2017.

BOTO, C. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 23, n. 2, pp. 35-72, Universidade do Minho Braga, Portugal, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37417086003.pdf>. Acesso em: 14. Nov. 2021.

BOTO, C. **Ler, Escrever, Contar e se Comportar**: a Escola Primária como Rito do século XIX Português (1820-1910). Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1997.

BRASIL. Lei 5692, de 11 de agosto de 1971. **Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 agosto. 1971.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB**. Brasília, DF, 1961.

BRASIL. MEC. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Parecer nº 349/72 de 6 de Abril de 1972 do CFE. **Exercício de Magistério em 1º grau; habilitação específica de 2º grau**. MEC.

BRAZIL, M. do C.; MANCINI, A. P. História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai: o caso de Dourados, Mato grosso (uno) -1940-1970. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 1, p. 123-136, jan./abr. 2012.

CELLARD, A. A Análise Documental. *In*: POUPPART, Jean. et al. **Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Org. por Michael Schöter. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública**. Trad. de Sérgio Benevides. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Tradução Maria Luisa Ribeiro Ferreira. São Paulo: Edições 70. 1980.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2 ed., Volume I. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

FERREIRA, E. M.; SARAT, M. 'Civilizar a infância': relações entre adultos e crianças no espaço pedagógico da educação infantil. **Poiésis Pedagógica**, Catalão-GO, v.11, n.1, p. 86-106, jan/jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/26999>. Acesso em: 14. Nov. 2021.

FREITAS, M. C.; BICCAS, M. S. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2010.

FURTADO, A.; MARQUES, I. V. **Fontes para pesquisa e escrita da história da educação em Dourados e região (1940-1990): mapeamento e inventário**. SBHE. Cuiabá/MT, p. 1-12, 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7//>. Acesso em: 12. Fev. 2021.

FURTADO, A.; SARAT, M. Memórias e histórias da profissão docente: escolas rurais no interior do Estado de São Paulo (1950-1970). In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**: invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil. Vitória/ES: UFES, 2012.

GATTI. B. **A formação de professores no Brasil**: características e problemas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br/>> Acesso em: 07. mai. 2020.

GEBARA, A. Em torno da questão cultural e da educação: os processos civilizadores. In: CARVALHO, A. B de; BRANDÃO, C da F. (Org.). **Introdução à Sociologia da Cultura**: Max Weber e Norbert Elias. São Paulo: Avercamp, 2005.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. – São Paulo: Cia. das letras, 1989.

GONÇALVES, C. L. G.; PIMENTA, S. G.. **Revendo o ensino de 2º grau**: propondo a formação de professores. São Paulo; Cortez. 1990.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In. PRIORI, M. del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 1997.

LUCHESE, T. Â. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Hist. Educ. [Online]**. Porto Alegre. v. 18. n. 43. Maio/ago. 2014. p. 145-16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/QYXgvgPRTCjP8cs7FZtz8bG/?lang=pt>. Acesso em: 14. Out. 2021.

MAGALHÃES, J. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANCINI, A. P.; SARAT, M. O.; SILVA, P. N. O. História e Memória: Normalistas do Instituto Educacional de Dourados 1940-1949. **Educação e fronteiras**, Dourados: UFGD, v.1, n. 1, p. 119-132, jan./jul. 2007.

MARQUES, I. V.; IRALA, C. Acervos públicos e arquivos escolares: fontes para o estudo da história das instituições educativas no sul de mato grosso (1940-1977). *In*: PINTO, A. A.; FURTADO, A. C. (org.). **A História da educação em Mato Grosso do Sul: temas e abordagens**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2017.

MEIHY, J. C. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MIGNOT, A. C. V. (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

MIGNOT, A. C. V.; CUNHA, M. T. S. Razões para guardar: a escrita ordinária em e arquivos de professores/as. **Revista Educação Em Questão**. 2006, 40-61. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8286>. Acesso em: 13. Nov. 2021.

PIMENTA, S. G. A pesquisa em didática -1996-1999. *In*.: CANDAU V. M. (org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 2ª edição.

SARAT; M.; SANTOS, R.. História Oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. *In*: COSTA, J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (orgs.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010.

SED. Secretária de Estado de Educação. **Deliberação do Conselho Estadual de Educação**. 19 de maio de 1995. Diário Oficial nº 4038, página 05.

SILVA, M. **Memórias e trajetórias de professores egressos do curso de magistério da Escola Menodora Fialho de Figueiredo em Dourados (1971-2001)**. Dourados-MS: Dissertação. UFGD, 2013.

TROGAN, R. M. A formação dos professores nos cursos de magistério de 2 grau. **Educar**, Curitiba n. 13, p. 67-74. 1997. UFPR.

VEIGA, C. G.. “Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos”, *In*: FARIA FILHO, L. M. de (org.). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações** (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VEIGA, C. G. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez 2002 nº 21. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/QsmTD5KL9kvn8BF9Z6dSynq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01. Nov. 2021.